



ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE FLOR DA SERRA DO SUL E A
EMPRESA.....

.....

CONTRATANTE: Município de Flor da Serra do Sul – Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº _____, com sede à Rua _____, nº ____, Bairro ____, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. _____, doravante denominado simplesmente **Município**.

CREDENCIADO: [Nome do MEI/ME/EPP], inscrito no CNPJ sob o nº _____, com sede à [endereço completo], neste ato representado por seu [sócio/representante legal], Sr(a). _____, doravante denominado simplesmente **CREDENCIADO**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o Credenciamento de empresa especializada para a prestação de serviços de acolhimento institucional de longa permanência para idosos e pessoas com deficiência, de ambos os sexos, encaminhados pelo Município de Flor da Serra do Sul – PR, em conformidade com o contido no Anexo I - Termo de Referência, por um período de 24 meses.

1.1.1. Os serviços serão realizados por meio de equipe técnica mínima de acordo com RDC nº 283/2005, com capacitação prévia e continuada.

1.1.2. A remuneração será devida exclusivamente em caso de efetivo acolhimento, não sendo realizado pagamento por vaga ociosa.

1.2.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Este Contrato está vinculado ao Edital de Chamamento Público nº ____/2025 e seus anexos, especialmente ao Termo de Referência e ao Estudo Técnico Preliminar, os quais passam a integrá-lo, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA



Este contrato terá vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme o interesse público e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – CONVOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

A distribuição da demanda entre as entidades credenciadas observará critérios objetivos, impessoais e transparentes, assegurando igualdade de oportunidades e continuidade do atendimento.

A alocação dos acolhidos encaminhados pelo Município será realizada conforme as seguintes diretrizes:

- a) Rodízio sequencial entre as instituições credenciadas, respeitando a capacidade máxima de acolhimento e a disponibilidade informada;
- b) Proximidade geográfica entre o acolhido e a instituição, priorizando o atendimento em estabelecimentos situados no próprio Município ou em regiões limítrofes, de modo a facilitar visitas familiares e acompanhamento da rede socioassistencial;
- c) Necessidades específicas do acolhido, considerando gênero, deficiência, condições de mobilidade e grau de dependência;
- d) Qualidade do serviço prestado e histórico contratual, observando os relatórios de acompanhamento e fiscalização da Secretaria competente.

A Administração poderá revisar periodicamente o sistema de distribuição da demanda, mediante relatório técnico, para corrigir eventuais distorções ou otimizar o atendimento.

O não cumprimento das condições pactuadas ou a recusa injustificada do acolhimento de encaminhamentos poderá ensejar a suspensão temporária do credenciamento ou o descredenciamento, conforme regulamentação municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO E ORDENS DE SERVIÇO

A prestação dos serviços será **sob demanda**, mediante emissão de **ordem de serviço** pelo Município, de acordo com a necessidade administrativa.

A contratada terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para acolher pessoas idosas e/ou com deficiência, a contar da solicitação da secretaria municipal.



O transporte dos acolhidos até a instituição credenciada será de responsabilidade do Município de Flor da Serra do Sul – PR. No entanto, os demais deslocamentos necessários, tais como consultas médicas, tratamentos externos, atividades sociais ou administrativas fora da instituição, serão de responsabilidade da própria instituição de acolhimento.

As instituições credenciadas deverão estar localizadas em um raio máximo de 200 km do Município de Flor da Serra do Sul – PR, a fim de facilitar o transporte dos acolhidos e também permitir visitas e acompanhamento da equipe técnica municipal, sempre que necessário.

A execução dos serviços será de responsabilidade integral da empresa credenciada, que deverá arcar com todos os custos necessários para a prestação adequada do acolhimento institucional, dentre eles: encargos sociais e trabalhistas, taxas e impostos, seguros, garantias, transporte; alimentação, inclusive dietas específicas conforme a necessidade do acolhido; produtos de higiene pessoal, como fraldas descartáveis; medicamentos de uso contínuo ou eventual; e equipamentos e materiais indispensáveis ao bem-estar dos acolhidos.

A CONTRATADA deverá informar à Secretaria Municipal de Assistência Social, qualquer mudança de endereço, do responsável técnico, bem como, telefone, e-mail ou outros. No caso de mudança de endereço a Secretaria Municipal de Assistência Social analisará o interesse em manter os serviços estabelecidos, podendo realizar o descredenciamento da instituição, se o novo endereço não atender as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.

É de responsabilidade exclusiva e integral da credenciada a correta remuneração dos profissionais que prestarão o serviço de acolhimento institucional, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais resultantes do vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações não se transferem para a Administração Pública.

A execução dos serviços pela contratada estará sujeita à fiscalização e ao acompanhamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, sem que isso implique em exclusão ou redução de sua responsabilidade pela adequada prestação dos serviços.

A contratada se obriga a elaborar e assinar, na data do acolhimento, um termo de compromisso individualizado para cada acolhido, contendo as condições do acolhimento,



as responsabilidades da instituição e informações essenciais sobre o acolhido, garantindo transparência, controle e respeito aos direitos da pessoa atendida.

A contratada solicitar ao Poder Judiciário, a concessão da curatela para os idosos que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

Havendo falecimento do acolhido, o contrato será automaticamente rescindido em relação àquele atendimento, cabendo à contratada o recebimento proporcional aos dias efetivamente prestados.

A contratada deverá, ainda, comunicar imediatamente o óbito à Secretaria Municipal de Assistência Social e aos órgãos competentes, adotando as providências legais e administrativas cabíveis, inclusive quanto à certidão de óbito, contato com familiares (se houver) e registro em prontuário.

As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso, conforme a Lei nº 8.842, de 1994.

Nos casos em que o acolhido for beneficiário de aposentadoria ou benefício previdenciário, o valor correspondente a até 70% (setenta por cento) do benefício poderá ser destinado ao custeio da entidade de acolhimento, conforme disposto no artigo 35 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), sendo esse valor abatido do montante devido pelo Município.

VISTORIA E INFRAESTRUTURA DO LOCAL:

A vistoria será obrigatória para as entidades credenciadas, antes de envio do idoso para o local, e tem como objetivo de verificar in loco as condições físicas, estruturais, sanitárias e de segurança das instalações destinadas ao acolhimento institucional de longa permanência de idosos e pessoas com deficiência.

A vistoria será realizada por equipe designada pela Administração, mediante agendamento prévio, e resultará em Relatório Técnico de Vistoria, que integrará o processo de credenciamento.

Alternativamente, poderá o interessado apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico legalmente habilitado, atestando que conhece integralmente as



condições e peculiaridades do serviço a ser prestado, conforme art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

A infraestrutura mínima exigida deverá contemplar, no mínimo:

- a) instalações físicas adequadas e acessíveis, compatíveis com as normas da Vigilância Sanitária e da Assistência Social;
- b) dormitórios arejados e com ventilação natural, respeitando a metragem mínima por acolhido;
- c) áreas de convivência, refeitório, banheiros adaptados e espaços de atendimento individual;
- d) equipe técnica multidisciplinar com registro nos respectivos conselhos profissionais;
- e) condições de segurança, limpeza, conservação e acessibilidade compatíveis com a legislação vigente.

O não aceite da vistoria ou recusa da contratada implicará descredenciamento do interessado.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO

O CREDENCIADO fará jus à remuneração pelos serviços efetivamente prestados, com base na tabela de preços constante no Termo de Referência, cujos valores são:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE.	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
01	Serviço de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos com dependência. GRAU I	Vagas de Acolhimento	05	R\$5.332,33	R\$26.661,65
02	Serviço de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos com dependência. GRAU II	Vagas de Acolhimento	05	R\$5.596,67	R\$27.983,35
03	Serviço de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos com dependência. GRAU III	Vagas de Acolhimento	05	R\$6.430,00	R\$32.150,00



04	Serviço de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para pessoas com Deficiência, com nível de dependência. GRAU I	Vagas de Acolhimento	05	R\$5.416,33	R\$27.081,65
05	Serviço de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para pessoas com Deficiência, com nível de dependência. GRAU II	Vagas de Acolhimento	05	R\$5.927,77	R\$29.638,85
06	Serviço de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para pessoas com Deficiência, com nível de dependência. GRAU III	Vagas de Acolhimento	05	R\$6.724,77	R\$33.623,85

- Provisoriamente, de forma sumaria, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- O recebimento definitivo do serviço se dará definitivamente pelo gestor no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, nos termos do Decreto Regulamentador.

O Pagamento será mensal e será realizado após apresentação da Nota fiscal autorizada pelo gestor municipal.

Os pagamentos acontecerão até o dia 10 de cada mês e serão pagos conforme a quantidade de vagas utilizadas no mês anterior.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação do índice INPC – INDICE DE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR.

A Contratante realizará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

Será aplicada a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96 aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.



As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Organograma	Máscara	Descrição da Despesa	Valor Previsto
08.002	08.002.08.244.0281.2027.3.3.90.39.00	Bloco de Proteção Social Basica	177.139,35

CLÁUSULA SETIMA – DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos da Lei 14.133/2021, art.120 e demais legislações pertinentes à corresponsabilidade dos agentes públicos envolvidos, firma o presente contrato, junto com o Senhor Prefeito Municipal, obrigando-se ao cumprimento relativo ao objeto deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Para fiscalizar e acompanhar o andamento da referida contratação, fica designado os servidores públicos XXXXXXXXXXXXXXXX e como suplente o servidor (a) XXXXXXXXXXXXXXXX. O gestor do presente contrato será o senhor (a) - XXXXXXXXXXXXXXXX - Secretário de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme Portaria nº XXXXXX/202X.

Parágrafo Segundo

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro



O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Parágrafo Quarto: Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- I- coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- II- acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III- acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- IV- coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração;
- V- coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao Departamento de Compras e Licitação para a formalização dos procedimentos de que trata o art. 91 da Lei nº. 14.113, de 2021, no prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos;
- VI- elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, quando cabível;
- VII- coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio do(s) fiscal(is);
- VIII- analisar a documentação que antecede o pagamento;
- IX- analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- X- analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- XI- realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;



XII- tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;

XIII- responder às solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos;

XIV- outras atividades compatíveis com a função.

Parágrafo Quinto: Caberá ao fiscal do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

VI - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES



Do CREDENCIADO:

I Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e certificados necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

II Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

III Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos.

IV Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

V Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Contratante.

VI Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade tributária perante as Fazendas; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

VII Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Município.

VIII Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

IX Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

X Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



- XI Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- XII Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- XIII Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- XIV Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- XV Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- XVI Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XVII Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando o contratado houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- XVIII Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- XIX Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos na legislação.
- XX Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- XXI Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- XXII Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração, assim como instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- XXIII Realizar a execução dos serviços no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da



respectiva nota fiscal, pedido e empenho, constando detalhadamente no Relatório de Prestação de Serviços, os serviços executados no período.

XXIV a) Prestar os serviços de acolhimento institucional em conformidade com a legislação vigente, especialmente o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Resolução nº 109/2009 do CNAS, entre outras normas pertinentes:

- a) Assegurar a manutenção do sigilo das informações pessoais dos acolhidos;
- b) Garantir o acolhimento em ambiente adequado, seguro, acessível e com infraestrutura compatível com as necessidades dos acolhidos;
- c) Manter equipe técnica multidisciplinar qualificada, conforme exigências da legislação e normativas da Vigilância Sanitária, CRAS e demais órgãos fiscalizadores;
- d) Fornecer alimentação balanceada, vestuário, medicação (quando prescrita), higiene pessoal, lazer e demais cuidados necessários ao bem-estar e à saúde física e emocional dos acolhidos;
- e) Garantir o respeito à dignidade, à integridade física e psíquica, à liberdade, à autonomia, à convivência familiar e comunitária dos usuários;
- f) Registrar e manter atualizados os prontuários individuais dos acolhidos, com informações médicas, psicológicas, sociais e administrativas;
- g) Permitir e facilitar a fiscalização e o acompanhamento dos serviços pela contratante, pelo Ministério Público, Conselho Municipal de Assistência Social e demais órgãos de controle;
- h) Informar imediatamente à contratante qualquer ocorrência grave envolvendo os acolhidos, tais como internações hospitalares, fuga, violência, óbito, entre outras;

Do CONTRATANTE:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- II. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- III. Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- IV. Pagar ao contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.



- V. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura do contratado, no que couber.
- VI. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- VII. Cientificar a Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pelo contratado.
- VIII. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando o contratado houver se beneficiado de eventuais preferências estabelecidas em lei.
- IX. Realizar os encaminhamentos dos usuários para acolhimento institucional, conforme critérios estabelecidos pela política municipal de assistência social;
- X. Acompanhar e monitorar periodicamente a execução dos serviços prestados pela empresa credenciada, podendo realizar visitas técnicas e solicitar informações a qualquer tempo;
- XI. Efetuar o pagamento à contratada conforme os valores estabelecidos no contrato ou termo de credenciamento, mediante comprovação da efetiva prestação dos serviços;
- XII. Disponibilizar à contratada os dados e documentos necessários à correta identificação dos usuários encaminhados para acolhimento;
- XIII. Encaminhar os acolhidos com documentação regularizada (pessoal e de saúde) e, sempre que possível, com relatório técnico-social elaborado pela equipe de referência;
- XIV. Adotar as providências administrativas e legais em casos de descumprimento contratual pela empresa credenciada;
- XV. Promover articulação com a rede de serviços sócio-assistenciais, de saúde, educação e demais políticas públicas, visando o acompanhamento e a garantia de direitos dos acolhidos;
- XVI. Garantir a participação dos órgãos de controle social no processo de fiscalização e avaliação dos serviços contratados.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

- I. Eventuais alterações nos preços registrados reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- II. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que for mais vantajoso para a Administração exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



- III. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- IV. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- V. O reajuste será formalizado por simples apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, mediante notificação prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

O descumprimento das obrigações poderá acarretar sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

Infração	Classificação da Gravidade	Percentual de Multa Aplicável	Fundamento Legal
a) Der causa à inexecução parcial do contrato	Média	1% a 10%	Art. 156, I; Art. 156, §1º, Lei 14.133/2021
b) Der causa à inexecução parcial com grave dano à Administração, serviços públicos ou interesse coletivo	Grave	10% a 20%	Art. 156, I e II; Art. 156, §1º
c) Der causa à inexecução total do contrato	Gravíssima	20% a 30%	Art. 156, I e II; Art. 156, §1º
d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Média	1% a 5%	Art. 155, I e IV; Art. 156, §1º
e) Não manter a proposta, salvo por motivo justificado	Média	2% a 8%	Art. 155, II; Art. 156, §1º
f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação	Grave	10% a 15%	Art. 155, III; Art. 156, §1º
g) Retardar a execução ou entrega sem justificativa	Média	5% a 10%	Art. 156, I; Art. 156, §1º
h) Apresentar declaração ou documentação falsa no certame ou execução	Gravíssima	20% a 30%	Art. 156, II; Art. 158; Lei 14.133/2021



Infração	Classificação da Gravidade	Percentual de Multa Aplicável	Fundamento Legal
i) Fraudar a contratação ou executar de forma fraudulenta	Gravíssima	25% a 30%	Art. 156, II; Art. 158
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Gravíssima	25% a 30%	Art. 158, I a III; Art. 156, §1º
k) Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos do certame	Gravíssima	25% a 30%	Art. 158, II; Art. 156, §1º
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	Gravíssima	25% a 30%	Art. 158, IV; Art. 156, §1º; Lei nº 12.846/2013, art. 5º

As multas poderão ser calculadas sobre o valor do contrato ou, na ausência de contrato formalizado, sobre o valor estimado da contratação (Art. 156, §1º).

A dosimetria deve considerar os critérios do art. 156, §2º: natureza e gravidade da infração, danos causados, circunstâncias agravantes ou atenuantes e reincidência.

A aplicação de advertência ou impedimento (art. 156, I e II) também poderá ser combinada com a multa, a depender da gravidade.

As penalidades previstas nos incisos I a IV do art. 156 podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

O CONTRATADO declara estar ciente de que os dados pessoais eventualmente tratados em razão da execução deste contrato deverão observar os princípios e regras estabelecidos na Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

As partes reconhecem que a Administração Pública é considerada controladora dos dados pessoais, nos termos do inciso VI do art. 5º da LGPD, e o CONTRATADO será considerado operador dos dados pessoais, conforme inciso VII do mesmo artigo, devendo atuar conforme as instruções do CONTRATANTE, exclusivamente para os fins de execução do contrato.

O CONTRATADO compromete-se a:

a) Tratar os dados pessoais apenas para finalidades específicas relacionadas à execução do presente contrato, com base legal adequada, observando os princípios da finalidade, necessidade, segurança, minimização de dados, transparência e prevenção;



b) Garantir que seus colaboradores e terceiros que eventualmente tenham acesso a dados pessoais estejam comprometidos com a confidencialidade e a segurança das informações;

c) Notificar imediatamente o CONTRATANTE sobre qualquer incidente de segurança que comprometa os dados pessoais tratados no âmbito deste contrato;

d) Adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

O CONTRATADO reconhece que, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá dar ampla publicidade aos atos da contratação, inclusive mediante a divulgação de documentos no Portal da Transparência e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em conformidade com o princípio da publicidade e com os limites impostos pela LGPD.

O CONTRATADO declara estar ciente de que a publicação dos dados pessoais dos licitantes ou contratados, quando exigida por lei, será realizada com base no art. 7º, inciso II da LGPD (cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador), resguardando-se, sempre que possível, a anonimização dos dados sensíveis ou excessivos.

O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação de penalidades contratuais e legais cabíveis, inclusive as previstas no art. 52 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DESCREDENCIAMENTO

O presente contrato poderá ser denunciado ou encerrado, a qualquer tempo, mediante descredenciamento, nas seguintes hipóteses:

I – Por iniciativa do CREDENCIADO, sem aplicação de penalidades administrativas:

a) Antes da assinatura do presente contrato, mediante comunicação formal à Administração;

b) Após a contratação, em relação a novos contratos decorrentes do mesmo credenciamento, hipótese em que as rescisões já formalizadas obedecerão às disposições deste instrumento.

II – Por iniciativa da ADMINISTRAÇÃO, nas seguintes hipóteses:

a) Por desinteresse superveniente na continuidade do objeto, devidamente motivado e justificado em processo administrativo;



- b) Por descumprimento das condições mínimas para a contratação estabelecidas no edital ou neste contrato;
- c) Pela rescisão contratual por culpa do CREDENCIADO, conforme apurado em processo próprio;
- d) Pela aplicação de sanções administrativas que impliquem impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública ou a declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133/2021.
- e) Caso o profissional apresentado não corresponda ao credenciado e habilitado no processo licitatório, a empresa será automaticamente descredenciada, procedendo-se à convocação da próxima colocada.
- f) O não cumprimento injustificado da jornada em 03 (três) ocasiões ensejará o descredenciamento do profissional e convocação de novo candidato da lista de cadastro reserva.
- g) É vedada a cobrança de qualquer valor dos pacientes, sob qualquer pretexto, sob pena de responsabilização e descredenciamento imediato.

Parágrafo único. A ausência de manutenção das condições iniciais de credenciamento, o descumprimento das obrigações contratuais, das disposições do edital, da legislação pertinente ou deste instrumento contratual poderá ensejar o descredenciamento do CREDENCIADO, assegurado, em qualquer hipótese, o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da Constituição Federal e da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Marmeleiro – PR para dirimir quaisquer controvérsias.

E por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.



Flor da Serra do Sul – PR, ____ de _____ de 2025.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-